

PODER

Lira rebate críticas de Lula

Presidente da Câmara afirma que ataques ao semipresidencialismo resultam de “má fé” e “desconhecimento” do petista

» DEBORAH HANA CARDOSO
» VICTOR CORREIA

Zeca Ribeiro/Agência Câmara



Lira considerou defasada a avaliação feita pelo ex-presidente

Ao receber o apoio do Solidariedade, na manhã de ontem, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a pauta do semipresidencialismo e as emendas de relator-geral (RP9).

O petista defendeu o esvaziamento do poder conferido a Lira por meio das emendas de relator-geral — criadas em 2019 e em vigor desde 2020. Sinalizou, ainda, que haverá uma campanha pelo engrossamento das fileiras partidárias no Congresso durante a campanha neste ano, a fim de se contrapor ao Centrão.

“Se não elegermos a maioria de deputados e senadores, o atual presidente da Câmara (Arthur Lira) continuará com o poder imperial — porque ele já está querendo criar o semipresidencialismo. Quer tirar o poder do presidente para ficar na Câmara dos Deputados e ele possa agir como se fosse o imperador do Japão”, atacou Lula, em discurso no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Paulo.

Horas depois, Lira respondeu. Disse que pode ser comparado a um imperador, mas “nunca a um ditador”. Ressaltou, ainda, que não conhece o ex-presidente. “O presidente Lula não tem o que falar sobre o deputado Arthur Lira porque ele não me conhece e nunca conversou comigo. Nunca tomou um café, nunca bateu um papo. Nunca tive o prazer ou o desprazer de estar com ele. Então, não costumo falar ou emitir juízo sobre pessoas com

quem não conversei”, afirmou.

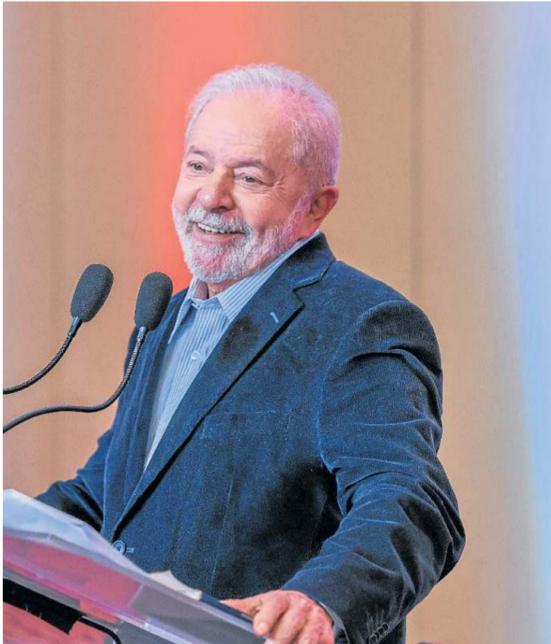
Lira também rebateu as críticas de Lula ao semipresidencialismo e considerou os comentários do petista uma “grosseira” e uma “desinformação”. “Ele não pode querer pautar antes de ser eleito ou o que este Congresso vai debater”, devolveu. O deputado explicou, ainda, que o Congresso discute a proposta de uma possível implementação somente em 2030.

Lira criticou a comparação com o imperador do Japão ao afirmar que se trata de mais um “ato falho”

de Lula. “Ele bateu no primeiro-ministro do Japão, que tem poder no país. Os deputados do PT podem falar sobre isso”, reagiu. “Não tenho projeto de longo prazo. Meu mandato de presidente se encerra em fevereiro de 2023 e tenho a possibilidade de me reeleger juridicamente, constitucionalmente. Falar de semipresidencialismo como golpe é desconhecimento ou má informação. Falar de mim sem conhecer, é má fé”, criticou.

Em defesa das RP9, Lira disse que a distribuição das emendas deu aos parlamentares mais

Ricardo Stuckert



Petista disse que o deputado quer atuar discricionariamente

altivez, tirando-os da humilhação de “discutir o que o estado e o município precisam”.

“Se tiver erros, vamos criticá-los, vamos para cima averiguar. Dizer que o Congresso não pode legislar sobre o Orçamento é coisa de quem está anos luz atrás da modernidade de 2022”, destacou.

Semipresidencialismo

Para o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), membro do grupo de trabalho criado para discutir o semipresidencialismo

na Câmara, a crítica de Lula não é surpresa. “Ele quer o maior poder possível, e essa é a dinâmica do populismo e do PT”, comentou.

O deputado Enrico Misasi (MDB-SP) também rebateu o ex-presidente. “O presidencialismo é um modelo defasado, que já passou por diversas crises. Me parece que quem não quer ao menos discutir, tem pretensões hegemônicas”, disse.

Coordenador do grupo de trabalho sobre o tema na Casa, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP)

» Solidariedade mira reforma trabalhista

Ao acertar, ontem, o apoio do Solidariedade com a chapa composta pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ex-governador Geraldo Alckmin, o deputado Paulinho da Força (SP), cacique da legenda, disse que caso o petista vença a corrida presidencial, “resolve” a reforma trabalhista. “Até brinquei com o (o vice-presidente da Câmara) Marcelo Ramos (PSD-AM): ‘Esquece esse negócio de reforma trabalhista’. Ganha a eleição, e eu e o Marcelo resolvemos dentro da Câmara em dois meses”, garantiu Paulinho. O ato de adesão do Solidariedade, firmado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Paulo, reuniu, entre outros, o ex-presidente, Alckmin e o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

afirmou que o petista “ainda acredita que o salvador da pátria que concentra poderes imperiais continua existindo no melhor formato de governança”.

Já o deputado Enio Verri (PT-PR) criticou a pauta semipresidencialista. Para ele, esse assunto volta à tona toda vez que Lula aparece bem nas pesquisas de intenção de voto. Ele defende que o sistema de governo defendido por Lira é o preferido das elites porque seria “uma maneira mais barata e com menos votos de dirigir o Brasil”.

Alagoas vive impasse para mandato-tampão de governador

» VINÍCIUS DORIA

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, de suspender a eleição indireta que escolheria o governador de Alagoas para um mandato-tampão até o fim do ano, abriu um debate jurídico sobre a constitucionalidade da permanência do desembargador Klever Loureiro no comando do Executivo estadual. O presidente da Assembleia Legislativa alagoana, Marcelo Victor (MDB), e o ex-governador Renan Filho (MDB) vieram a Brasília para acompanhar o andamento dos processos que correm no STF sobre a sucessão no estado. No entendimento do grupo político que comandam, Loureiro não poderia ficar no cargo por mais de 30 dias, prazo que venceu no último fim de semana.

Renan Filho deixou o governo do estado no fim do prazo eleitoral de desincompatibilização, em abril. Como o vice-governador

eleito em 2018, Luciano Barbosa (MDB), renunciou ao cargo dois anos depois para disputar e vencer a eleição para prefeito de Arapiraca, e Marcelo Victor decidiu não assumir o posto para evitar a inelegibilidade para outros cargos, o comando do governo ficou com o desembargador, que é presidente do Tribunal de Justiça.

De acordo com a Constituição, se o vice-governador e o presidente do Legislativo estadual não puderem assumir o governo em decorrência da ausência do titular, o presidente do TJ deve ocupar o cargo e convocar eleições indiretas para escolher o nome do novo governante. A eleição foi marcada para ontem, mas a decisão de Fux suspendeu o processo.

O problema é que o prazo constitucional de 30 dias expirou. No entendimento de Renan Filho, Alagoas está “acéfala” porque as decisões do desembargador, desde ontem, não têm amparo legal.

“O estado de Alagoas está sem condução político-administrativa, causando uma insegurança jurídica radical”, disse Marcelo Victor. “Isso nunca aconteceu nem tem amparo constitucional. Não permitir que os parlamentares se reúnam e decidam quem irá governar no mandato residual, é usurpação da competência do Legislativo.”

Pano de fundo

Como pano de fundo desse impasse, está a disputa política de dois caciques da política nacional: de um lado, o grupo do ex-governador, que tem no pai, senador Renan Calheiros (MDB-AL), o principal líder; do outro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), inimigo político da família Calheiros em Alagoas.

Na semana passada, o PSB entrou na Justiça de primeira instância questionando as regras da eleição indireta e conseguiu uma

Minervino Junior/CB/D.A Press



Para Renan Filho, liminar de Fux deixou Alagoas “acéfala”

liminar para suspender o processo. Mas a decisão foi derrubada pelo TJ-AL e ratificada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que não acatou o recurso do PSB.

O partido entrou com novo recurso, dessa vez no Supremo,

domingo passado. O PP de Lira pegou carona e também acionou a Corte para adiar a eleição indireta. As duas ações estão com o ministro Gilmar Mendes, que manteve a liminar de Fux e pediu para que a assembleia

legislativa alagoana apresente explicações sobre os questionamentos em 48 horas.

“Isso é uma chicana. Se ele (Lira) ainda tivesse um candidato para competir, mas nem isso ele tem”, alfinetou o senador Renan Calheiros.

Já o senador Rodrigo Cunha (União-AL), que faz oposição ao grupo de Renan Filho e é provável pré-candidato ao governo estadual no pleito de outubro com apoio de Lira, ocupou a tribuna do Senado para se colocar contra o que chamou de “acordão”.

Se para o mandato-tampão a situação está indefinida, para o próximo mandato no governo de Alagoas a disputa está acirrada. Pesquisa divulgada ontem pela Paraná Pesquisa, Rodrigo Cunha aparece em primeiro lugar (28,6% das intenções de voto), seguido pelo ex-prefeito de Maceió, Rui Palmeira (PSD), com 22,9%; e por Paulo Dantas, com 17%.



ALEXANDRE GARCIA

ALGUNS SE SENTEM ACUADOS PELA MODERNIDADE E SE IMAGINAM PROTEGIDOS QUANDO A ARBITRARIEDADE ATINGE O MUNDO DIGITAL. NÃO PERCEBEM QUE SE AFOGARÃO TAMBÉM AO RELATIVIZAR LIBERDADES. DIANTE DE ARBITRARIEDADES, APLAUDEM, SEM PERCEBER QUE ESTÃO SAUDANDO A TIRANIA

Rua da liberdade

Tão previsível quanto imaginar que azeite e água não formam uma solução, os partidos que se juntaram para uma “terceira via democrática” estão cada vez mais sem encontrar um caminho seguro para as urnas de outubro. Faltam cinco meses, e o tempo vai se esgotando, com os nervos à flor da pele. O União Brasil já fala em ter chapa própria, alegando que o anúncio de candidato do trio que forma com MDB e PSDB já tem cartas marcadas. Mas entrar o União com Luciano Bivar, um conhecido só dos iniciados na política, leva

para onde? Na noite de segunda-feira, em São Paulo, gente de peso no MDB chegou à conclusão de que Simone Tebet tampouco levará o partido a algum resultado. O PSDB, como sempre, balança. Oscila entre Doria e Eduardo Leite. Na outra terceira via, Ciro não perde a oportunidade de explodir palavrões e ter sua boca a fazer-lhe oposição.

Lula segue linha parecida; quanto mais fala, mais arranja problema. A última foi com os policiais. Mas também assustou os economistas, com a ideia de “moeda latino-americana”, e

para consolidar tudo, ainda cantou a Internacional Socialista, com seus companheiros do PSOL, tentando ensinar a Alckmin a música e a letra dos revolucionários. No domingo ainda teve que ver o triste showmício diante do Pacaembu, em que precisou esprepar público para começar a falar. Nem Daniela Mercury conseguiu atrair uma plateia à altura do líder das pesquisas.

Mas enquanto se esvai a areia da ampulheta eleitoral, há outras questões que uma turma esquece. A defesa da democracia, da liberdade de

expressão, da Constituição, do devido processo legal, dos valores básicos da família, do respeito aos direitos naturais e expressos na Constituição: à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Qualquer pesquisa vai mostrar que são ideias da maioria do povo brasileiro. Nos meus mais de 50 anos de jornalismo, sempre vi a mídia unida na defesa desses valores, sempre que eles estiveram em risco, representando seu público. Faz parte do jornalismo, e é até obrigação, estar na defesa vigilante

dos valores éticos, humanos e legais, que nos mantêm em civilização livres de qualquer tipo de totalitarismo.

O rumo sempre foi a defesa natural desses valores, inerentes à pessoa e à cidadania, principalmente a sagrada liberdade de expressão, sem a qual viramos robôs. E esse é o mais caro valor do jornalismo, já que dessa liberdade depende a existência de uma imprensa livre para criticar e cobrar o respeito às leis. As agressões atingem principalmente o novo mundo da comunicação, que são as

plataformas digitais. Às vezes penso que alguns se sentem acuados pela modernidade e se imaginam protegidos quando a arbitrariedade atinge o mundo digital. Não percebem que se afogarão também ao relativizar liberdades. Diante de arbitrariedades, de ausência do devido processo legal, aplaudem, sem perceber que estão saudando a tirania que os escravizará também. As ruas, ao defenderem as liberdades, estão condenando os que se alienam diante das agressões às liberdades e direitos constitucionais.